

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

TCDF

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas. Confira, também, o seu nome em cada página numerada do seu caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.
- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 5 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

Aplicação: 2014



**CADERNO DE
PROVAS OBJETIVAS**

Turno: MANHÃ

OBSERVAÇÕES

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital. É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

0(XX) 61 3448-0100
www.cespe.unb.br
sac@cespe.unb.br

cespeUnB
Centro de Seleção e de Promoção de Eventos

De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código C, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 Empossado na prefeitura carioca, Negrão de Lima arregalou os olhos quando os técnicos em urbanismo informaram-lhe que havia oito milhões de ratos na cidade.

4 Perguntou: “Como é que vocês contaram?”

A respeito de certos eventos, a mídia também chuta números astronômicos. Agora, na visita do papa, a informação
7 geral foi a de que, na praia de Copacabana, havia três milhões de “peregrinos” em uma das cerimônias. Recebi de um leitor uma carta esclarecedora:

10 “Praia de Copacabana. Comprimento: 4.000 metros. Largura média: 100 metros. A mídia local contagiou a mídia estrangeira, mantendo, em uníssono, que três milhões de fiéis
13 estavam na praia, todinhos ao mesmo tempo! Sem descontar os obstáculos que diminuem a área total (palco, restaurantes, quiosques etc.), o simples cálculo é que, se a densidade média
16 de cada m² da área fosse de três pessoas por m², o total de pessoas poderia chegar a 1,2 milhão.

Segundo o cálculo de um pesquisador consultado,
19 havia, nesse dia, 560.000 pessoas, margem de 30.000 para mais ou para menos.”

Em 1964, quando lancei na Cinelândia um livro com
22 as crônicas que escrevia no **Correio da Manhã** contra o regime militar, o jornal informou que havia 3.000 pessoas na praça. Os jornais que apoiavam a ditadura garantiram que só
25 havia 18 gatos-pingados.

Carlos Heitor Cony. **Folha de S.Paulo**, 4/8/2013 (com adaptações).

Julgue os itens a seguir, relativos a aspectos gramaticais e ideias desenvolvidas no texto acima.

- 1 As informações fornecidas no texto são suficientes para se inferir que, no Brasil, a maioria da mídia impressa apoiou o golpe militar de 1964.
- 2 Uma forma correta de reescrita do trecho iniciado pela conjunção temporal “quando” (ℓ.2) é a seguinte: ao ser informado pelos técnicos em urbanismo que existia oito milhões de ratos na cidade do Rio de Janeiro.
- 3 Suprimindo-se a expressão de realce, utilizando-se a interrogação indireta e atendendo-se às exigências gramaticais, o último período do primeiro parágrafo poderia ser assim reescrito: Perguntou-lhes como os haviam contado.
- 4 No segundo parágrafo do texto, o autor explicita seu descrédito em relação à informação de que havia 8 milhões de ratos no Rio de Janeiro.
- 5 Sem que se contrariem o sentido original e a correção gramatical do texto, estaria correta a seguinte substituição do trecho ‘Sem descontar (...) 1,2 milhão’ (ℓ.13-17): Considerando, sem obstáculos, que cada m² da área livre fora ocupado por três pessoas, verifica-se que o total de pessoas foi, no máximo, de 1,2 milhão.

1 Na trajetória de cada indivíduo, a faculdade de antever o futuro e o autocontrole necessário para agir no tempo dependem de um equipamento cerebral e mental que se
4 constitui nas etapas formativas do ciclo de vida.

A disposição de usar essa faculdade, entretanto, varia de forma significativa entre os indivíduos. A formação de
7 preferências temporais em distintos campos da vida prática — saúde, educação, carreira profissional, finanças, relações afetivas, previdência, práticas religiosas — é um assunto de
10 extraordinária complexidade e que deverá continuar desafiando a engenhosidade humana por muito tempo ainda.

No sempre renovado embate entre a impulsividade da
13 cigarra límbica e o cálculo prudente da formiga pré-frontal, o resultado não está dado de antemão. Enquanto uma se agarra ao momento fugaz e deixa que o amanhã cuide de si (“no caminho da oficina, há um bar em cada esquina”), a outra procura uma posição neutra em relação ao que está ao alcance dos sentidos e avalia os *trade-offs* entre recompensas abstratas,
16 inclusive aquelas que se espera obter e desfrutar em prazos mais longos (como a manutenção do emprego, o salário no fim do mês e o sucesso profissional).

Eduardo Giannetti. **O valor do amanhã: ensaio sobre a natureza dos juros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 51-3 (com adaptações).

Com base nas ideias e nos aspectos linguísticos do texto acima, julgue os itens subsequentes.

- 6 Mantendo-se a informação original e a correção gramatical do texto, a última oração do segundo parágrafo (ℓ.10-11) poderia ser substituída pela seguinte estrutura: e de contínuo desafio à engenhosidade humana por muito tempo ainda.
- 7 No terceiro parágrafo, na referência à fábula da cigarra e da formiga, o autor do texto esclarece o sentido, no texto, da expressão “preferências temporais” (ℓ.7).
- 8 Sem prejuízo das relações semântico-sintáticas entre as orações, as duas primeiras orações do último período do texto, “Enquanto uma (...) cuide de si” (ℓ.14-15), poderiam ser assim estruturadas: À medida que a primeira prioriza o momento efêmero, em detrimento do futuro.
- 9 Sem que se contrariem a informação expressa no primeiro período do texto e a prescrição gramatical, a forma verbal “dependem” (ℓ.3) poderia estar flexionada na 3.ª pessoa do singular, concordando com o núcleo nominal “faculdade” (ℓ.1), como comprova, no processo de coesão textual, o emprego da expressão “essa faculdade” (ℓ.5) no segundo parágrafo.

1 Existem três formas básicas por meio das quais
podemos preencher o vácuo interrogante do porvir. A previsão
lida com o provável e responde à pergunta: o que será? A
4 delimitação do campo do possível lida com o exequível e
responde à pergunta: o que pode ser? E a expressão da vontade
lida com o desejável e responde à pergunta: o que sonhamos
7 ser?

As relações entre esses modos de conceber o futuro
não são triviais. De um lado, está a lógica: o desejável precisa
10 respeitar a disciplina do provável e do possível. Mas, do outro
lado, está o sonho. Se o sonho desprovido de lógica é frívolo,
a lógica desprovida de sonho é deserta. Quando a criação do
13 novo está em jogo, resignar-se ao provável e ao exequível é
condenar-se ao passado e à repetição. No universo das relações
humanas, o futuro responde à força e à ousadia do nosso
16 querer. A capacidade de sonho fecunda o real, reembaralha as
cartas do provável e subverte as fronteiras do possível. Os
sonhos secretam o futuro.

Eduardo Giannetti. *O valor do amanhã: ensaio sobre a natureza dos
juízos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 277 (com adaptações).

Com relação aos aspectos sintáticos e semânticos do texto acima,
julgue os itens subsequentes.

- 10 Depreende-se a seguinte relação entre os conceitos abordados
no texto: os sonhos, porque “secretam o futuro” (ℓ.18), não
projetam o exequível no processo de “criação do novo”
(ℓ.12-13).
- 11 Dado que, na expressão “o vácuo interrogante do porvir” (ℓ.2),
os termos “interrogante” e “do porvir” especificam o mesmo
núcleo nominal, o sentido da expressão seria mantido caso a
posição desses elementos fosse a seguinte: **o vácuo do porvir
interrogante**.
- 12 Com base na relação de condicionalidade expressa no período
iniciado pelo conector “Se” (ℓ.11), deduz-se que todo sonho
frívolo é desprovido de lógica e toda lógica deserta é
desprovida de sonho, e que, portanto, é aparente a
incompatibilidade entre os requisitos da lógica e os do sonho.

A eficácia da comunicação oficial depende basicamente do
uso de linguagem simples e direta, chegando ao assunto que se
deseja expor sem passar, por exemplo, pelos atalhos das fórmulas
de refinada cortesia usuais no século passado. Ontem o estilo tendia
ao rebuscamento, aos rodeios ou aos circunlóquios; hoje, a vida
moderna obriga a uma redação mais objetiva e concisa.

Considere-se, entretanto, que não há uma forma específica
de linguagem administrativa, mas, sim, qualidades comuns a
qualquer bom texto, seja ele oficial ou literário, aplicáveis à redação
oficial: clareza, coesão, concisão, correção gramatical. Além disso,
merecem destaque algumas características peculiares identificáveis
na forma oficial de redigir: formalidade, uniformidade e
impessoalidade.

Manual de Redação Oficial do TCDF. — Brasília:
DIPLAN, 2003. p. 11. (com adaptações)

Considerando as informações veiculadas no texto acima e os
elementos fundamentais das práticas de redação oficial, julgue os
itens de 13 a 15, conforme o **Manual de redação oficial do TCDF**.

- 13 O trecho a seguir está em desacordo com o requisito da
correção gramatical necessário às comunicações oficiais:
Mesmo antes dessas exigências serem expostas, o Órgão
manifestou-se contrário à sua regulamentação.

14 De acordo com as exigências de formalidade, uniformidade e
impessoalidade dos atos oficiais, é correta a utilização do fecho
Atenciosamente em documentos destinados a autoridades
superiores ao responsável pelo ato.

15 Está correta, conforme a padronização oficial das formas de
tratamento, a sequência a seguir:

Cargo – Conselheiro(a);

Forma de tratamento – Excelência;

Vocativo – Senhor(a) + cargo.

José, Luís e Mário são funcionários públicos nas funções
de auditor, analista e técnico, não necessariamente nessa ordem.
Sabe-se que José não é analista, que o técnico será o primeiro dos
três a se aposentar e que o analista se aposentará antes de Mário.
Todo ano os três tiram um mês de férias e, no ano passado, no
mesmo mês que José saiu de férias, ou Luís ou Mário também saiu.

Com base nessas informações, julgue os itens que se seguem.

- 16 Mário é analista, José é técnico e Luís, auditor.
- 17 Considerando-se as proposições “A: José tirou férias em
janeiro de 2013”; “B: Luís tirou férias em janeiro de 2013”; e
“C: Mário tirou férias em janeiro de 2013”, é correto afirmar
que a proposição $(A \wedge \neg C) \rightarrow B$ não é uma tautologia, isto é,
dependendo de A, B ou C serem verdadeiras ou falsas, ela
pode ser verdadeira ou falsa.
- 18 Se os três servidores trabalharem até o momento da
aposentadoria e se aposentarem nos tempos previstos, então
José ou Mário ainda estarão trabalhando quando Luís
completar o tempo necessário para se aposentar.

RASCUNHO

Em uma empresa, as férias de cada um dos 50 empregados podem ser marcadas na forma de trinta dias ininterruptos, ou os trinta dias podem ser fracionados em dois períodos de quinze dias ininterruptos ou, ainda, em três períodos de dez dias ininterruptos. Em 2013, depois de marcadas as férias de todos os 50 empregados, constatou-se que 23, 20 e 28 deles marcaram os trinta dias de férias ou parte deles para os meses de janeiro, fevereiro e junho, respectivamente. Constatou-se, também, que, nesse ano, nenhum empregado marcou férias para algum mês diferente dos mencionados.

Tendo como referência as informações acima, julgue os itens que se seguem.

- 19 Se apenas 6 empregados fracionaram as férias em 3 períodos de 10 dias, então mais de 10 empregados fracionaram as férias em 2 períodos de 15 dias.
- 20 Considere que, em 2013, nenhum empregado que trabalha na empresa há mais de 10 anos tenha marcado férias para o mês de junho, e que, no mês de maio, a empresa tenha escolhido, aleatoriamente, 2 de seus empregados para participar de um curso de formação. Nesse caso, a probabilidade de esses 2 empregados escolhidos trabalharem na empresa há mais de 10 anos é inferior a 0,2.
- 21 Suponha que, em 2013, mais de 5/6 dos empregados que não marcaram férias para fevereiro eram do sexo feminino e mais de 2/3 dos que não marcaram férias para janeiro eram do sexo masculino. Nessa situação, é correto afirmar que, em 2013, havia na empresa no máximo 12 mulheres a mais que homens.

RASCUNHO

Com relação aos conceitos, tipos e formas de controles da administração pública, julgue os itens a seguir.

- 22 Na esfera federal, o controle administrativo é identificado com a supervisão ministerial, que, no caso da administração indireta, caracteriza a tutela. A sua autonomia, estabelecida nas próprias leis instituidoras, deve ser assegurada, sem prejuízo da fiscalização na aplicação da receita pública e da atenção com a eficiência e a eficácia no desempenho da administração.
- 23 As decisões dos tribunais de contas em matéria de sua competência constitucional não podem ser justificadas pelo Judiciário, dada sua condição de órgão autônomo, auxiliar do Poder Legislativo.
- 24 A fiscalização contábil e financeira dos órgãos e entidades que compõem a estrutura do DF é exercida pela Câmara Legislativa (CLDF), mediante controle externo, com o auxílio do TCDF, e pelo sistema de controle interno dos Poderes Legislativo e Executivo.
- 25 O controle pode ser classificado, quanto ao momento do seu exercício, em prévio, simultâneo ou *a posteriori*. A exigência de laudos de impacto ambiental, por exemplo, constitui uma forma de controle simultâneo.
- 26 O controle legislativo é tanto político quanto financeiro. O controle financeiro, no âmbito parlamentar, é exercido por meio de suas casas e respectivas comissões. Há comissões permanentes e temporárias, entre as quais as CPIs. No caso do DF, cabe precipuamente à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças da Câmara Legislativa (CLDF) fiscalizar a execução orçamentária e financeira.

No que se refere à Lei de Improbidade Administrativa e aos tribunais de contas, julgue o próximo item.

- 27 Constitui ato de improbidade administrativa a aquisição de imóvel por valor notoriamente superior ao de mercado por auditor de controle externo do TCDF.

Com base na Lei Orgânica do TCDF (LODF), no Regimento Interno e no Código de Ética do Auditor de Controle Externo do TCDF, julgue os itens subsequentes.

- 28 Com a finalidade de assegurar a devida isenção no julgamento, o Ministério Público pode recorrer de decisão do TCDF em processo de tomada de contas, interpondo pedido de revisão, com efeito suspensivo, que será distribuído a outro relator.
- 29 Segundo o Regimento Interno do TCDF, o auditor terá as garantias, os vencimentos e os impedimentos do conselheiro, e, quando o substituir, terá as mesmas garantias, vencimentos e impedimentos de desembargador do TJDF.
- 30 O auditor do TCDF, ao ser designado para fiscalizar determinada entidade do DF, deve se declarar impedido se o responsável pela auditoria dessa entidade tiver sido seu sócio em negócio privado que mantiveram antes do ingresso de ambos no setor público.
- 31 Considere que, em determinado processo de prestação de contas, o TCDF tenha adotado em decisão terminativa, o trancamento das contas, cujo julgamento de mérito se tornou inviável em razão de sinistro que inutilizou a documentação da entidade auditada, e a baixa da responsabilidade do administrador após 5 anos de publicação da referida decisão terminativa, sem fatos novos. Nesse caso, a decisão do TCDF foi adequada.

Considerando o que dispõe a LODF a respeito de competências, julgue os próximos itens.

- 32 É de competência privativa da CLDF a fiscalização e o controle dos atos da administração direta e indireta do Poder Executivo do DF.
- 33 Conforme previsão na LODF, é objetivo prioritário do DF assegurar a plena cidadania.
- 34 O DF possui a competência privativa de adquirir bens por interesse social, necessidade ou utilidade pública, até mesmo mediante desapropriação, observada a legislação em vigor.

A respeito do orçamento e da ordem econômica do DF, julgue os itens que se seguem.

- 35 No DF, a prestação dos serviços públicos é atribuição do poder público, com a observância da legislação, de forma direta ou sob o regime de concessão ou permissão que deve sempre ocorrer por meio de licitação.
- 36 Os projetos de lei distrital alusivos a matérias de receita e despesa públicas serão, em todos os seus aspectos setoriais, organizados e ajustados pelo TCDF.

No que se refere a direitos e garantias fundamentais, julgue os itens subsecutivos.

- 37 No entendimento do STF, a garantia do devido processo legal não torna obrigatória a defesa técnica por advogado no âmbito dos processos administrativos disciplinares que envolvam servidores públicos.
- 38 O TCDF, no exercício do controle externo, não pode determinar a suspensão de benefícios garantidos por decisão judicial transitada em julgado, ainda que o direito reconhecido pelo judiciário esteja em desconformidade com jurisprudência dominante do STF.
- 39 O TCDF possui competência constitucional para determinar diretamente a quebra dos sigilos bancário e fiscal, desde que tal medida esteja relacionada ao controle externo.

Acerca do controle de constitucionalidade das leis, julgue os itens a seguir.

- 40 O procurador-geral do Ministério Público junto ao TCDF possui legitimidade para ingressar com ação direta de inconstitucionalidade no STF.
- 41 De acordo com entendimento sumulado do STF, os tribunais de contas, no exercício de suas atribuições, podem deixar de aplicar uma lei inconstitucional. Nesse caso, a decisão do tribunal de contas terá eficácia vinculante e efeito *erga omnes*.

Em relação à competência legislativa estabelecida na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item abaixo.

- 42 A edição de normas gerais sobre licitações e contratos administrativos, em todas as modalidades, é competência privativa da União.

Julgue os itens seguintes, relativos aos tribunais de contas.

- 43 Caso constate ilegalidade na execução de contrato administrativo, o tribunal de contas deverá assinar prazo para a adoção das providências necessárias ao cumprimento da lei, podendo sustar, se não atendido, a execução do referido contrato.
- 44 As competências constitucionais dos tribunais de contas incluem a apreciação da legalidade dos atos de admissão de pessoal, para fins de registro, e as nomeações para cargos de provimento em comissão.
- 45 Conforme entendimento do STF, é possível a criação de procuradoria especial no âmbito de tribunal de contas, com competência para representá-lo judicialmente nos casos em que este necessite praticar, em juízo e em nome próprio, atos processuais na defesa de sua autonomia e independência em face dos demais poderes e para exercer a atividade de consultoria e assessoramento jurídico aos órgãos do tribunal.

No que diz respeito às normas constitucionais aplicáveis às finanças públicas, julgue o próximo item.

- 46 É vedada a realização de transferência voluntária de recursos da União para o DF com o objetivo de efetuar o pagamento de despesas com pessoal ativo.

Considerando a legislação a respeito do acesso à informação de interesse particular, de interesse coletivo ou geral, julgue os seguintes itens.

- 47 Independentemente de requerimentos, os órgãos e entidades do DF devem promover a divulgação de informações nas quais constem, entre outros aspectos, os resultados de inspeções e auditorias, prestações de contas e tomadas de contas especiais realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo as prestações de contas relativas a exercícios anteriores.
- 48 Estão sujeitas às disposições da legislação federal e distrital que rege o tema entidades que, não tendo fins lucrativos, recebem, para a realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres.

Acerca do processo administrativo, julgue o próximo item, conforme disposições da Lei n.º 9.784/1999.

- 49** Um órgão administrativo somente em caráter excepcional e temporário poderá avocar a competência de outros órgãos, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados.

Com relação aos cargos públicos e à responsabilidade do servidor, conforme disposto na Lei Complementar Distrital (LC/DF) n.º 840/2011, julgue os itens que se seguem.

- 50** O servidor público responderá civilmente se vier a cometer ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário. No caso de ato que gere prejuízo a terceiro, a responsabilidade civil do servidor só se configura se ficar demonstrado que ele agiu com dolo.
- 51** Os cargos para provimento em caráter efetivo somente podem ser criados por lei. No caso de cargos a serem providos em comissão, faculta-se ao chefe do Poder Executivo a sua criação mediante decreto.

No que se refere ao Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), instituído pela Lei federal n.º 12.462/2011, e ao Sistema de Registro de Preços (SRP), julgue os itens subsecutivos.

- 52** A Subsecretaria de Licitação e Compras, da Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento, é o órgão gerenciador do SRP no âmbito do DF e suas atribuições incluem realizar pesquisa de mercado para identificar o valor estimado da licitação, realizar o processo licitatório em si e gerenciar a ata de registro decorrente do SRP.
- 53** O RDC é aplicável exclusivamente às licitações e contratos que envolvem os Jogos Olímpicos de 2016, a Copa do Mundo FIFA 2014, as ações integrantes do PAC e as obras e serviços de engenharia no âmbito do SUS.

Acerca da convalidação e atributos dos atos administrativos e da responsabilidade civil do Estado, julgue os itens subsequentes.

- 54** A presunção de legitimidade é atributo de todos os atos da administração, inclusive os de direito privado, dada a prerrogativa inerente aos atos praticados pelos agentes integrantes da estrutura do Estado.
- 55** De acordo com o sistema da responsabilidade civil objetiva adotado no Brasil, a administração pública pode, a seu juízo discricionário, decidir se intenta ou não ação regressiva contra o agente causador do dano, ainda que este tenha agido com culpa ou dolo.
- 56** A convalidação supre o vício existente na competência ou na forma de um ato administrativo, com efeitos retroativos ao momento em que este foi originariamente praticado.

No que se refere ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), julgue os itens seguintes.

- 57** Para o empregado doméstico, considera-se salário de contribuição a remuneração registrada na Carteira de Trabalho e Previdência Social, observadas as disposições normativas pertinentes.
- 58** Não é considerado salário de contribuição o salário-maternidade.
- 59** É segurado obrigatório da Previdência Social, como empregado, o membro de instituto de vida consagrada.

No tocante ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do DF, julgue os itens a seguir.

- 60** Não integram o RPPS do DF os servidores ocupantes, exclusivamente, de cargos em comissão.
- 61** As alíquotas de contribuição dos servidores ativos do DF para os respectivos regimes próprios de previdência social não serão inferiores às dos servidores titulares de cargos efetivos da União.

Com relação à origem e à evolução legislativa da Seguridade Social no Brasil, julgue o item abaixo.

- 62** O seguro-desemprego veio previsto pela primeira vez na CF/1988.

A respeito de prescrição, decadência e negócio jurídico, julgue os seguintes itens.

- 63** Embora a renúncia da prescrição seja admitida pelo Código Civil brasileiro, esse ato abdicativo somente poderá operar após a consumação da prescrição e desde que não acarrete prejuízo para terceiros.
- 64** A lei civil permite que as partes contratantes estipulem prazos decadenciais, todavia, não pode o juiz reconhecê-los de ofício, isto é, sem a provocação dos interessados.
- 65** O negócio jurídico anulável não é suscetível de confirmação pelas partes nem convalesce pelo decurso do tempo.

Com relação a contratos, união estável e improbidade administrativa, julgue os itens subsequentes.

- 66 A relação afetiva não eventual, pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família, entre pessoas já casadas, não configura união estável, ainda que cada uma delas esteja separada de fato de seu respectivo cônjuge.
- 67 O herdeiro de deputado distrital que tenha, no exercício do mandato, ocasionado lesão ao patrimônio público e enriquecido ilicitamente está sujeito às cominações da Lei de Improbidade Administrativa, mas somente até o limite do valor da herança recebida.
- 68 Conforme o Código Civil brasileiro, é expressamente proibido que herança de pessoa viva seja objeto de contrato.

Julgue o item seguinte, acerca dos princípios constitucionais do processo civil.

- 69 Ao possibilitar às partes o livre e irrestrito acesso à justiça, a CF não prevê a obrigatoriedade de observância do princípio do contraditório para a hipótese de processo administrativo.

A respeito dos atos judiciais, julgue o item abaixo.

- 70 Despachos constituem atos do juiz, sem conteúdo decisório, que somente podem ser praticados no processo quando houver provocação de uma das partes.

Acerca do processo civil e do controle dos atos judiciais, julgue o próximo item.

- 71 No que se refere ao princípio da separação dos poderes, o controle prévio do ato administrativo é exclusivo da administração, cabendo ao Poder Judiciário apreciar lesão ou ameaça de lesão somente após a efetiva entrada em vigor do ato.

A respeito do mandado de segurança, da ação popular e da ação civil pública, julgue os itens de 72 a 74.

- 72 Na hipótese de mandado de segurança impetrado contra ato praticado no exercício de competência delegada, a autoridade a ser indicada como coatora será aquela que recebeu a delegação.
- 73 O menor, com dezesseis anos de idade, desde que tenha título de eleitor e esteja em pleno gozo de seus direitos políticos, é parte legítima para propor ação popular, ainda que sem assistência.

- 74 Na ação civil pública proposta pelo Ministério Público para fins de controle de ato administrativo, o poder público só poderá atuar como litisconsorte no polo ativo da lide, não podendo ser litisconsorte passivo em razão de lhe ser vedado atuar em desacordo com o interesse que se pretende defender com a ação.

Julgue os itens a seguir, acerca de crimes contra a administração pública e contra a fé pública.

- 75 Considere que determinado servidor público, prevalecendo-se de seu cargo, tenha falsificado o teor de um testamento particular. Nesse caso, o servidor praticou o delito de falsificação de documento particular, que não se equipara a documento público, e está sujeito ao aumento da pena prevista na lei penal.
- 76 Considere que Pedro tenha oferecido e pagado quantia a determinado servidor público para que este praticasse ato de ofício contrário ao seu dever funcional. Nesse caso, evidencia-se a prática do delito de corrupção passiva por parte de Pedro.
- 77 Considere que um delegado de polícia tenha exigido vantagem indevida, correspondente a determinado montante em dinheiro, para a liberação de dois indivíduos presos em flagrante. Nesse caso, o referido delegado praticou o delito de concussão.

Com base na Lei de Improbidade Administrativa, bem como nos crimes previstos na Lei de Licitações e nos crimes contra as finanças públicas, julgue os itens que se seguem.

- 78 Considere que José tenha representado contra um servidor público por ato de improbidade mesmo sabendo ser ele inocente. Nesse caso, além da sanção penal, José estará sujeito a indenizar o referido servidor pelos danos materiais, morais ou à imagem que houver provocado.
- 79 Considere que determinado agente político tenha contratado advogado sem a realização de licitação, por confiar plenamente no trabalho do causídico. Nesse caso, a contratação configura crime de dispensa ou inexigibilidade de licitação fora das hipóteses previstas em lei, para o qual é prescindível a comprovação do dolo específico, ou seja, a intenção de causar dano ao erário, e a efetiva ocorrência de prejuízo aos cofres públicos.
- 80 O agente que autorizar a inscrição, em restos a pagar, de despesa que não tenha sido previamente empenhada ou que exceda o limite estabelecido em lei pratica crime contra as finanças públicas, e, não, mera infração administrativa.